

JAPÃO E O NOVO CONTEXTO GEOPOLÍTICO REGIONAL

Danilo Pereira Sato¹

Resumo

Este artigo objetiva explorar a situação do Japão atual em relação à nova ordem internacional tripolar e o impacto desse contexto na política de defesa japonesa. Analisa-se o contexto frente ao poder crescente da China, a (re)emergência da Rússia e a renovação dos acordos militares com os Estados Unidos da América (EUA). Da mesma forma serão destacadas as disputas territoriais com os países vizinhos como Coreia do Sul, China e Rússia e as tensões com a Coreia do Norte. Para essas análises se recorreu ao contexto histórico, a cartografia da geopolítica, dados sobre gastos militares e notícias relativas ao tema explorado.

Palavras-chave: Geopolítica, Japão, Política de Defesa

Abstract

This paper aims to explore Japan's present situation in a new international tri-polar order and the geopolitical context impact in the Japanese defense policy. The context is analyzed in face of China's growing power, a reemergent Russia and the United States of America (USA) military treaties renewal. Likewise it will also be highlighted the territorial conflicts within the neighborhood countries as South Korea, China and Russia. Therefore the analysis is based in the historical context, geopolitics' cartography, military budget data and the news relative to the theme analyzed.

Key-words: Geopolitics, Japan, Defense Policy.

Introdução

Tratado na literatura como um país pacifista o Japão desde a Segunda Guerra Mundial manteve uma política antimilitarista, imposta pelos EUA, e desde o fim da Guerra Fria tem procurado aumentar sua importância militar por pressão de grupos internos como também em resposta as tensões geopolíticas regionais latentes. Situação intensificada pela retomada da geopolítica clássica desde o começo do século XXI e em particular na Ásia:

Na Ásia de Sudeste e na Ásia-Pacífico essa ofensiva tem assumido natureza mais claramente político-estratégica ou geopolítica de tipo clássico, isto é, a face agressiva de grande potência que recorre à dissuasão militar ou ao uso da força, se necessário, na defesa do que considera seus legítimos interesses nacionais. (COSTA, 2015, par. 10).

¹ Bacharel em Gestão Ambiental (USP), mestre e doutorando em Geografia Humana (USP). danilo.sato@usp.br

Em relação a este ambiente é necessário pontuar o histórico e as relações do Japão com os seus vizinhos, sua atual política de defesa e analisar a situação geopolítica em que está inserido.

Histórico

O Japão é um país que historicamente alternou entre um intenso contato com seus vizinhos, com destaque para a China, e momentos de isolamento em relação às demais nações (HENSHALL, 2008; PYLE, 2007). A maioria de seus conflitos se deu entre os grupos internos, com exceção das duas invasões mongóis, em 1274 e 1281, que fracassaram em função de um conjunto de fatores e dos famosos ventos divinos (*Kamikaze*), e das duas invasões a Coreia em 1592 e 1597 (HENSHALL, 2008). Posteriormente a unificação japonesa ocorreu no século XVI, período da chegada de diversos europeus que tentavam estabelecer comércio e cristianizar o extremo oriente. Todavia, os europeus foram expulsos no século XVII por razões políticas, com a exceção dos holandeses, aos quais era permitido o comércio de forma muito restrita junto com os chineses e coreanos (HENSHALL, 2008). A expulsão dos europeus ajudaria na conformação da identidade nacional japonesa. Os japoneses seriam proibidos de sair do Japão no século XVII o que iniciaria o isolamento do xogunato Tokugawa (1600-1868) até o século XIX (HENSHALL, 2008; PYLE, 2007).

No fim do xogunato o Japão tentava evitar a presença dos europeus em razão de sua desconfiança e da Guerra do Ópio na China. Simultaneamente foram fomentados movimentos xenofóbicos para conter as demandas internas de abertura do país (HENSHALL, 2008). Todavia, o Japão foi forçado a reabrir as portas e estabelecer relações com os demais países quando os EUA ameaçaram atacar a capital com a frota marítima, implicando no tratado de Kanagawa em 1854. Logo depois o xogunato, desestabilizado e com pouco apoio popular, veio a ser derrubado com a reforma Meiji (1868), que devolveria o poder para o imperador (HENSHALL, 2008; NYE, 2002).

A Era Meiji (1868-1912) foi importante pela rápida ocidentalização na cultura, política, forças armadas, indústria, economia, na sociedade em geral e na incorporação das tecnologias ocidentais. Um dos objetivos desta ocidentalização era de ser reconhecido pelas

demais nações e para evitar os tratados desiguais ou a “diplomacia de canhoneira” (HENSHALL, 2008).

Neste período o Japão expandiu seu território em 250 mil km² dominando territórios da China, Coreia e Rússia entre 1876 e 1915. Entre 1894 e 1895 incorporaria a Coreia e Taiwan (HOBSBAWM, 2015). Em 1905 confrontou e derrotou a Rússia, conquistando os territórios de Sakalina² e Vladivostok, os quais seriam devolvidos após a Segunda Guerra (COSTA, 2015). Após essas vitórias o Japão seria reconhecido em igualdade pelas demais nações ocidentais (HOBSBAWM, 2015).

A Era Taisho (1912-1926) e o começo da Era Showa (1926-1989) foram marcados pela turbulência política interna e pela invasão da Manchúria e criação do Império de Manchukuo (1932). Os interesses em expandir territórios na Ásia, aliada a preocupação frente à União Soviética, permitiu que o Pacto Anticomintern fosse assinado pelo Japão e pela Alemanha. No ano seguinte o Japão invadiu a China, episódio reconhecido posteriormente pela brutalidade do exército japonês e que diversas vezes foi negado por autoridades nipônicas, o que causou e causa mal-estar diplomático (HENSHALL, 2008).

Em 1940 o Japão assinaria o Pacto Tripartido e se alinharia as forças do Eixo e, logo após a assinatura do pacto, invadiu a Indochina Francesa. Em 1941, em razão dos embargos estadunidenses, atacou Pearl Harbor, momento em que os EUA se envolveram na guerra, culminando nos bombardeios nucleares em Hiroshima e Nagasaki (HENSHALL, 2008).

Vale destacar que entre os anos 1920 até a Segunda Guerra as teses e debates geopolíticos eram restritos aos meios acadêmicos. A geopolítica foi muito criticada pelos acadêmicos inicialmente³, o que se inverteria posteriormente ao longo da década de 1930 quando os grupos ligados ao governo passaram a incorporá-la (FUKUSHIMA, 1997; TAKEUCHI, 1980). Em 1940, a geopolítica seria usada, com um papel secundário, como um dos elementos para embasar a política “*Greater East Asia Co-Prosperity Sphere*”⁴, com influência do *Lebensraum* (espaço vital) (FUKUSHIMA, 1997) e em 1941 com a criação da *Japanese Society for Geopolitics* marcada pela influência do pensamento da escola de Munique

² Atualmente motivo de disputa territorial entre a Rússia e o Japão (GIMENO, 2008).

³ Inicialmente fizeram diversas críticas ao método e a aplicação da geopolítica alemã, mas surgiria posteriormente as escolas de Quioto e de Tóquio, em que a primeira tentou criar uma geopolítica a partir dos valores japoneses enquanto a segunda se aproximava mais da escola alemã (FUKUSHIMA, 1997; TAKEUCHI, 1980).

⁴ Política que visava à integração e “libertação” das nações etnicamente, culturalmente e geograficamente próximas que se encontravam sob o domínio europeu, e foi utilizada como justificativa para as invasões e ocupações realizadas pelo Japão (DUUS, 1996).

JAPÃO E O NOVO CONTEXTO GEOPOLÍTICO REGIONAL

e das teses do *Lebensraum* e do *Raumordnung* (ordenamento territorial); a sociedade, a academia e os políticos foram envolvidos nas discussões geopolíticas (TAKEUCHI, 1980).

Os japoneses também tinham a percepção de serem invencíveis e de ter espírito mais elevado que seus adversários (BENEDICT, 2014) e a visão que tinham sobre a guerra era a de acabar com a condição anárquica das relações internacionais:

O Japão via a causa da guerra sob outra luz. Enquanto **cada nação tivesse soberania absoluta**, haveria **anarquia no mundo**; era necessário que ele lutasse a fim de se estabelecer uma hierarquia, que, obviamente, a ele se subordinasse, uma vez que era o único representante de uma nação verdadeiramente hierárquica de cima a baixo, compreendendo portanto a necessidade de ocupar “o seu devido lugar”. (BENEDICT, 2014, p. 26, grifo nosso)

Após a rendição para os EUA, no fim da Segunda Guerra Mundial, foi instalada a Ocupação⁵ (1945-1951) dirigida pelo oficial MacArthur, representante subordinado ao Conselho Aliado (EUA, Grã-Bretanha, China e União Soviética). Contribuiu também para a definição da nova política japonesa a Comissão do Extremo Oriente formado por 11 países e que definiam a política geral da Ocupação. Entretanto, esta política foi definida majoritariamente pelos EUA e o oficial MacArthur (UMEDA, 2006; HENSHALL, 2008).

Neste ambiente o exército e a marinha⁶ foram desmobilizados, foram devolvidos os territórios conquistados após a guerra Sino-Japonesa (1894-1895), foram repatriados os japoneses dispersos pela Ásia (cerca de 3 milhões de militares e o mesmo número de civis), funcionários públicos considerados perigosos foram desligados dos cargos, foram definidas indenizações para os países atacados, alguns navios de guerra japoneses foram transferidos para os aliados e vários equipamentos de guerra foram destruídos (HENSHALL, 2008; UMEDA, 2006). Por fim, foi definida pela Ocupação a nova constituição, que se destaca pela política de defesa japonesa ser caracterizada como pacifista, pois os EUA tinham como estratégia uma aliança de segurança com a China e o Japão caberia um papel econômico e civil (HENSHALL, 2008; PÁDUA, 2015; UMEDA, 2006), tópico que será discutido adiante.

O Japão se recuperaria rapidamente com o apoio dos EUA durante o período da Guerra Fria para evitar o comunismo, evitando se envolver nos conflitos da guerra fria e pela Guerra

⁵ A Ocupação duraria até a assinatura do Tratado de São Francisco, acordo de paz entre os Aliados e o Japão. Neste acordo foi decidido que as ilhas Sacalinas e Curilas seriam da União Soviética, mas que seria contestada pelo Japão a soberania sobre a ilha Curilas (HENSHALL, 2008).

⁶ Com a exceção de algumas unidades que foram mantidas para remover as minas da guerra e que seria regularizado pela *Maritime Safety Agency Law* em 1948.

JAPÃO E O NOVO CONTEXTO GEOPOLÍTICO REGIONAL

da Coreia a qual impulsionaria a economia japonesa na década de 50 (HENSHALL, 2008; PYLE, 2007). O Japão a partir da doutrina Yoshida, que duraria cerca de quatro décadas, tentou evitar estabelecer um exército e se manter distante dos embates custosos da Guerra Fria, se apoiando na defesa dos EUA como estratégia para a recuperação econômica (PYLE, 2007). Até o início da Guerra Fria, o Japão não possuía uma força armada, mas partir dos anos 1950 foram restabelecidas as forças armadas com diversas denominações até que em 1954 foram reorganizadas como Forças de Autodefesa (FAD) (TANAKA, 1994).

O Japão se tornaria uma potência econômica nos anos subsequentes, com destaque às décadas de 1960 e 1970, se tornando a terceira economia mundial. Na década de 1980 se tornou a segunda maior economia do mundo, esse crescimento reacendeu o pensamento de superioridade e um nacionalismo crescente o que provocou novamente a preocupação e incômodo aos demais vizinhos asiáticos. Entretanto na década 1990 a bolha japonesa estourou e criou uma crise que estacionou o crescimento econômico, somado a uma nova configuração e percepção social do Japão caracterizada pela constante troca de primeiros ministros, mal estar social, a fadiga institucional, ressurgimento de grupos xenofóbicos e a sensação de falta de propósito nacional (HENSHALL, 2008; PYLE, 2007; SHIBUICHI, 2015).

Do ponto de vista militar o Japão era considerado um país pacífico, mantendo somente as FAD. Entretanto apoiaria a Guerra do Golfo (1990-1991) o que gerou muitas críticas, de um lado pela inicial incapacidade de mobilizar um apoio efetivo e que era inferior ao das Filipinas e da Coreia do Sul e por outro lado politicamente pela Dieta e a população que eram contra a intervenção na guerra, suscitando o debate para alterar a política de defesa (FUNABASHI, 1994; HENSAHLL, 2008; KATZENSTEIN, 1996; PYLE, 2007).

O Japão foi muito criticado também, pela relutância em assumir completamente as ações relativas à guerra nos países invadidos e somente em 1998 houve uma declaração assinada pelo presidente da Coreia do Sul e o primeiro-ministro japonês assumindo os danos causados pelo colonialismo japonês. Entretanto a discussão sobre as “mulheres de conforto”⁷, o massacre de Nanquim e o uso de armas biológicas seria um tema evitado pelo Japão (HENSHALL, 2008; PYLE, 2007).

⁷ Houve alguns pedidos formais de desculpas por parte do governo japonês. Destaca-se que em 2015 foi assinado um acordo de desculpas e compensação do Japão para a Coreia do Sul, no entanto o acordo seria suspenso pelo governo Moon Jae-in em 2019 (RYALL, 2020). Nesta pauta há também as estátuas em homenagem as “mulheres de conforto” foram motivo de tensões diplomáticas entre Alemanha, Coreia do Sul e Japão (RICHTHOFEN, 2020).

A partir dos anos 2000, o Japão alinhado com os EUA, na “guerra ao terrorismo”, proveu suporte logístico “Operação Liberdade Duradoura” em 2001; entre 2004 e 2006 participou da Coalizão Militar no Iraque; e ainda enviou despachou parte das FAD para a missão de reconstrução no Iraque. Também aumentou as despesas militares em resposta ao crescimento da China e da Coreia do Norte, mobilizou as FAD para missões de paz da ONU como para a República de Djibuti para o combate à pirataria no Golfo de Áden (MASLOW, 2015; PYLE, 2007).

Destaca-se, para este artigo, a história japonesa a partir do período Meiji (1868-1912), em que o Japão passou a ter uma projeção externa e passou a ter atitudes imperialistas com os vizinhos, a Segunda Guerra Mundial e a reconstrução como país civil pacifista e a revisão desta postura a partir década de 1990. Segundo Pyle (2007) esta história é reflexo da adaptação do Japão ao sistema internacional em que procurou uma posição de maior relevância e também explica o alinhamento com a Inglaterra no fim do século XIX, com a Alemanha na década de 1930 e com os EUA após o término da Segunda Guerra Mundial. O Japão agora procura uma maior projeção internacional, porém ainda é marcado pela memória do tratamento imperialista com os vizinhos.

A política de defesa que historicamente foi imposta pela Ocupação, passou recentemente por uma revisão, consequência do novo equilíbrio de poder regional, e coloca o Japão no debate sobre sua posição estratégica. A política será o próximo tópico a ser explorado.

Política de Defesa

A política de defesa japonesa se define basicamente no art. IX como uma política pacifista de autodefesa, pela constituição de 1946 o Japão renunciou a guerra como instrumento do Estado (JAPÃO, 1946). Posteriormente com a Guerra da Coreia, os EUA queriam passar gradativamente responsabilidade de defesa para Japão, o qual foi rearmado, mas para não entrar em contradição⁸ com a Constituição passou a ser denominada de Forças de Autodefesa (FAD) e foi reconhecido este direito no Tratado de São Francisco (HENSHALL, 2008; UMEDA, 2006).

⁸ A constitucionalidade das FAD foi questionada diversas vezes e levadas a julgamento, no entanto como resposta foi colocado que abdicar da guerra não implica em não se defender. Da mesma forma a cooperação militar também foi questionada juridicamente (UMEDA, 2006).

Os principais pontos referentes à autodefesa versam sobre o apoio as iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU) e a atuação em relação a agressão externa com base nas relações entre os EUA e a ONU. Na política está definido que o país não deveria possuir um poderio militar; as FAD não deveriam oferecer ameaça para os demais países; não deter armas nucleares ou produzir; e a política de defesa deve ser subordinada ao poder civil (MOD, 2015).

O art. IX esteve em debate desde a Guerra Fria e a Revolução Comunista Chinesa que levaram os EUA a cobrarem uma maior participação do Japão, na segurança internacional, que foi evitada pela doutrina Yoshida (PYLE, 2007). Nas décadas de 1960 e 1970 os revisionistas procuraram revogar o artigo nono, no entanto isso implicou em diversas ações e protestos violentos por grupos sociais que eram contrários a mudança (KATZENSTEIN, 1996). Neste mesmo período diversas leis proibiram a exportação de armas⁹, as armas nucleares e limitaram o orçamento de defesa para 1% do PIB (MASLOW, 2014).

Na década de 1990 esse debate retornou com maior força, pois desde a Guerra do Iraque o primeiro-ministro Koizumi já colocava a necessidade de revisar o art. IX, o que seria alcançado pelo primeiro-ministro Shinzo Abe, do Partido Liberal Democrata (PLD), que estava propondo uma política de “pacifismo pró-ativo” e pontuando a necessidade do Japão ter maior protagonismo e não ser um ator isolado (MASLOW, 2015; PFLIMLIN; BORER, 2015). No decorrer das décadas de 1990 e 2000, houve uma participação maior nas atividades de cooperação militar, um conjunto de mudanças institucionais, e eventos que ajudaram a mudar a opinião pública e de especialistas que facilitaram o espaço para uma nova interpretação para o art. 9 (MASLOW, 2015).

No caso, a nova política coloca como um dos aspectos a serem atendidos o aumento da cooperação entre os EUA e Japão para garantir a segurança no Pacífico. A política permite o apoio logístico e suporte em combates às forças que ofereçam perigo para a comunidade internacional; suporte para os exércitos que defendem a segurança e paz japonesa; mais ações para as missões de paz da ONU; o aumento das possibilidades das operações marítimas (inspeção e transporte de armas) e quando permitido as FAD poderão realizar operações militares de resgate de civis (KANTEI, 2015).

O uso da força está condicionada com as seguintes conclusões:

⁹ Em 2014 o Japão acabou com a proibição para exportar armas (MASLOW, 2015).

(1) When an armed attack against Japan occurs or when an armed attack against a foreign country that is in a close relationship with Japan occurs and as a result threatens Japan's survival and poses a clear danger to fundamentally overturn people's right to life, liberty and pursuit of happiness,*

(2) When there is no other appropriate means available to repel the attack and ensure Japan's survival and protects its people,

(3) Use of force should be limited to the minimum extent necessary.

** As a matter of course, use of force must be carried out while observing international law. In certain situations this is based on the right of collective self-defense under international law. (KANTEI, 2015, p.6)*

Desde que Shinzo Abe se tornou primeiro-ministro a mídia teve ressalvas em relação a sua visão nacionalista em relação à história e às guerras do Japão na Ásia, entretanto sua postura foi pragmática (SAHASHI, 2013). Contudo, esta nova política reanimou diversas desconfianças e foi recebida negativamente tanto pela população japonesa, ocasionando protestos, como também foi recebida negativamente pela China e pela Coreia do Sul. Estes países enxergam com reservas o rearmamento progressivo e associam com uma potencial retomada do imperialismo japonês (ECONOMIST, 2015).

Para compreender essas mudanças é necessário pesquisar o ambiente geopolítico regional atual que tem levado o Japão a rever sua posição de pacifismo, assim como os conflitos existentes e os acordos de cooperação.

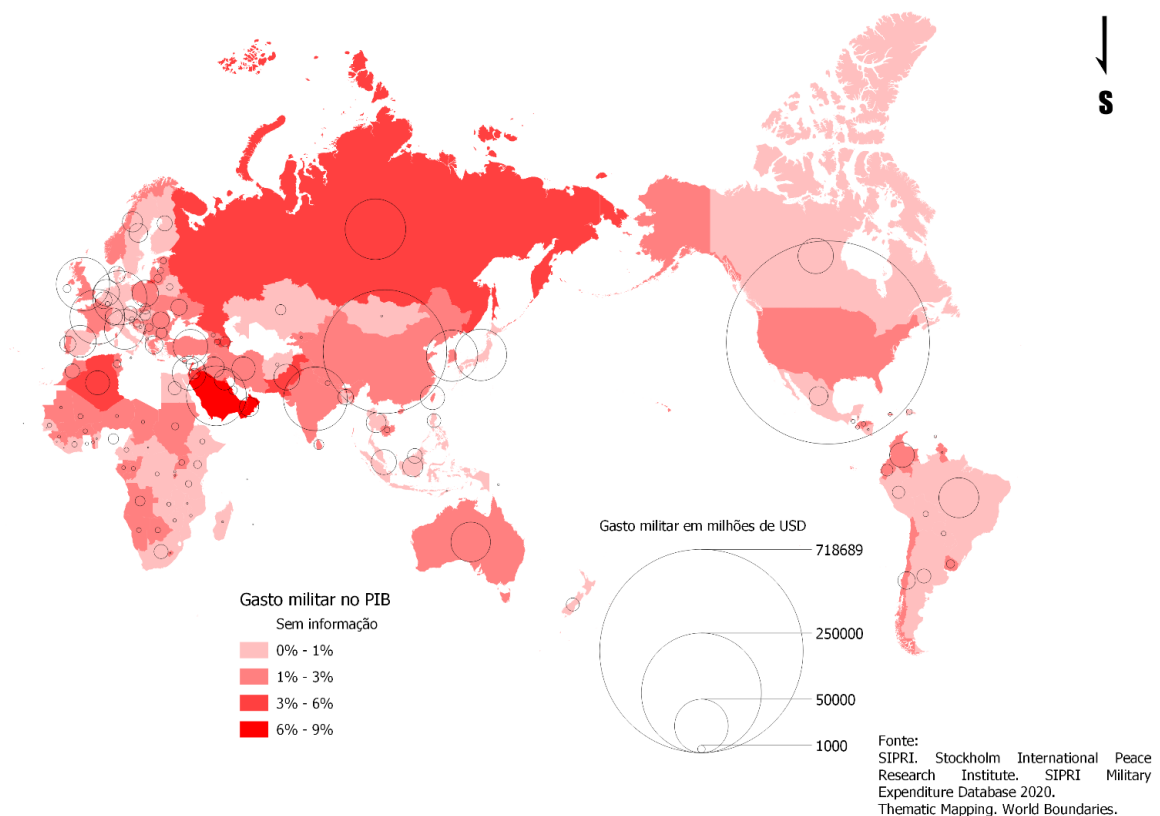
Contexto Regional Geopolítico

A configuração atual do poder tem se direcionado para um sistema Tripolar desde o começo do século XXI e como protagonistas estão os EUA, a Rússia e a China, com um consequente destaque para o bloco Euroasiático, que será o espaço dos conflitos geopolíticos (COSTA, 2015). Em meio a esse poder crescente o Japão se encontra em vizinhança e em conflito com Rússia e China, e cada vez mais alinhado com os EUA. Esta configuração crescente destes países interfere no equilíbrio do poder e na postura recente do Japão de assegurar uma maior projeção internacional.

O Japão é um arquipélago com um território de 377.944 Km², formado por 6.852 ilhas com mais de 100 m² das quais 430 são habitadas, o que implica em um desafio para a garantia da soberania das ilhas. Detêm ainda uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) em torno de 4,4

milhões de Km² que deve ser assegurada. Além de ser um país com uma população de 127 milhões de habitantes e uma densidade de 336 habitantes por quilometro quadrado, concentrada em sua maior parte em torno de Osaka e Tóquio (PFLIMLIN; BORER, 2015). O Japão ademais possui um orçamento militar maior em comparação aos países vizinhos com exceção da Rússia, da China e Índia como pode ser observado na figura 1, e segundo Fravel (2010) possui também as forças marítimas mais profissionais e poderosas no leste asiático.

Figura 1. Gastos militares do entorno regional do Japão.



Elaborado pelo autor.

Nesse contexto Pádua (2015) verificou que no Japão há dois eixos principais de orientação estratégica um deles tem como pressupostos a necessidade da relação bilateral japonesa e EUA e pela outra a necessidade de acordos multilaterais. Como resposta às mudanças geopolíticas o Japão tem procurado estabelecer várias alianças de segurança para manter a ordem regional, com destaque a Austrália, a Índia e até uma aproximação com a Coreia do Sul em razão dos conflitos da península coreana. Também tem procurado estabelecer

JAPÃO E O NOVO CONTEXTO GEOPOLÍTICO REGIONAL

acordos com os demais países do Sul e Sudeste Asiático. Estas alianças se dão entre os membros da rede de alianças dos EUA (*hub and spokes*) incluindo-o nos objetivos de garantir uma ordem regional, capacidade de resposta militar (dependendo menos do EUA) e *burden sharing*¹⁰ (MIDFORD, 2015; PFLIMLIN; BORER, 2015; SAHASHI, 2013; MOD, 2020).

As orientações do pensamento japonês de segurança segundo Sahashi (2013) são:

- 1) *Preserve Japan's sovereignty and protect its homeland and vital interests in the areas surrounding Japan, and sea lines of communication (SLOC)*
- 2) *Achieve economic growth amid growing pressures due to an unprecedented demographic crisis prompted by an ageing society and population decline – in this perspective, socioeconomic integration with demographically younger and dynamic Asia as an engine of global economic growth is crucial*
- 3) *Maintain the liberal international order based on a set of rules and principles, including freedom of navigation and peaceful settlement of disputes, which has particularly supported global development since World War II* (SAHASHI, 2013).

No entanto Sahashi (2013) indica que para que se atinjam esses objetivos o Japão precisa de uma estratégia bem estruturada, que detêm como um dos elementos principais os EUA. Esta estratégia é criticada por uma dependência demasiada dos EUA, como alternativa estabeleceu-se como objetivo uma rede de segurança, com o Japão no centro, para estabelecer um equilíbrio de poder na Ásia (SAHASHI, 2013).

A aliança com os EUA ainda é preponderante, pois possuem diversas bases ao longo do Japão e é considerado um dos principais aliados para a manutenção da paz na região (SAHASHI, 2013). No entanto os EUA tem procurado mudar a relação da cooperação, sendo que em 2014 foi definido que a aliança não seria limitada geograficamente, mas passaria a ser global. Passaram a tratar também sobre a defesa aérea e antibalística, segurança marítima e operações de evacuação de não combatentes (PFLIMLIN; BORER, 2015).

As alianças podem ser sintetizadas pelo esforço de garantir a segurança e ordem regional, a livre navegação e conter o poder da China que tem se ampliado pelo Sudeste Asiático (SAHASHI, 2013). Neste sentido a lógica das alianças é muito próxima do *checkerboard pattern* observado por Nye (2005) como suscita o problema do dilema de segurança de Herz (1950).

A garantia da livre navegação é preponderante frente à expansão das demandas de soberania sobre o Mar da China por parte da China, em razão das rotas comerciais japonesas passarem pelo oceano Índico assim como a rota do petróleo do Oriente Médio que abastece o

¹⁰ Objetiva diminuir o peso regional dado aos EUA, Austrália e Japão e incluir gradativamente os demais países menores na atividade de segurança do Pacífico (SAHASHI, 2013).

Japão passa por esta região. E na região do Sudeste Asiático a preocupação sobre a navegação se relaciona a pirataria, e a aproximação tem sido para o seu combate (PFLIMLIN; BORER, 2015). Estas questões são importantes não somente para a economia japonesa como para a segurança energética.

O Japão passou a expandir seu papel estratégico na região do Mar do Sul da China e no Sudeste Asiático gradualmente começando na década de 1970. Inicialmente somente com apoio financeiro, passou na década de 1990 a promover assistência em segurança para os países do Sudeste Asiático com assistência técnica, treinamento e equipamentos. Ademais inseriu na agenda do ASEAN as questões de segurança regional como tem procurado construir acordos bilaterais para a segurança marítima (MIDFORD, 2015).

O Japão conduziu a elaboração da *Regional Cooperation Agreement on Combating Piracy and Armed Robbery against Ships in Asia* (ReCAAP) estabelecendo um acordo multilateral de segurança que isentasse o Japão de intervir militarmente e diretamente no Mar do Sul da China. Entretanto as atividades japonesas de patrulha e inteligência são vistas com desconfiança pela Indonésia e a Malásia os quais não assinaram o ReCAAP (MIDFORD, 2015).

Os conflitos territoriais existentes com seus vizinhos referem-se principalmente à garantia da soberania de suas ilhas, principalmente as das ilhas Curilas (parte da Oblast de Sakalina), Takeshima (Dokdo¹¹) e Senkaku (Diaoyu/Taioyutai¹²), e a sobreposição da área da ZEE (COSTA, 2015; GIMENO, 2008; PFLIMLIN; BORER, 2015). O contexto geopolítico é elucidado pela fig. 2 em que estão definidos os conflitos territoriais com os países vizinhos.

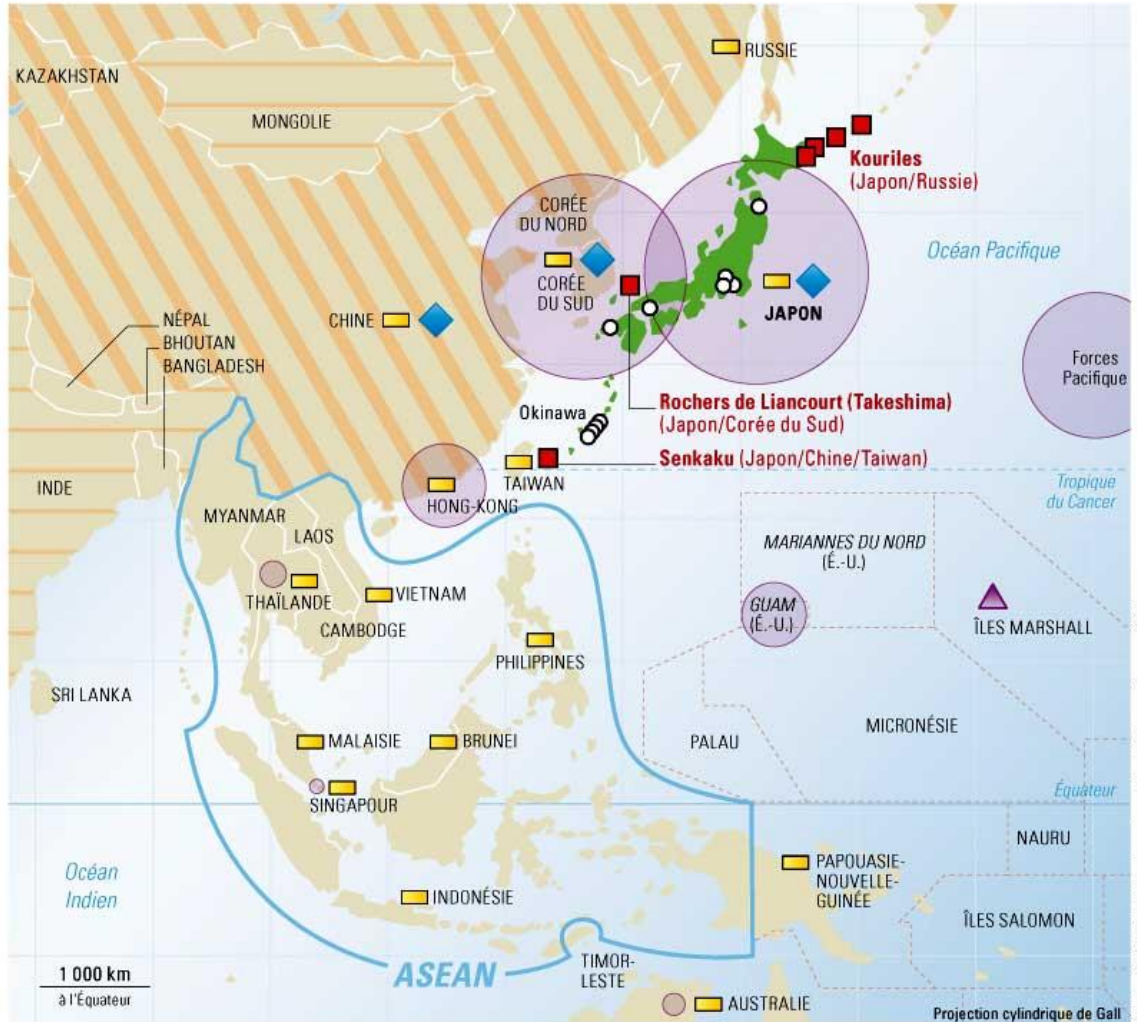
¹¹ Nome coreano para a ilha de Takeshima.

¹² Nomes chineses e taiwanês para as ilhas Senkaku.

JAPÃO E O NOVO CONTEXTO GEOPOLÍTICO REGIONAL

Figura 2- Mapa do contexto geopolítico regional do Japão

Le Japon dans son contexte géopolitique régional

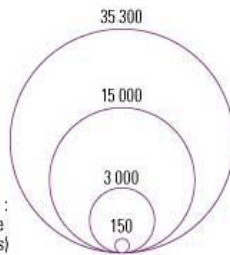


■ Contestations territoriales entre le Japon et ses voisins

Forces militaires américaines :

- Localisation des bases sur le territoire japonais
- ▲ Radars

Effectifs totaux par pays : (les effectifs de Hong-Kong et du Pacifique correspondent à des forces aéronavales)



APEC (Asia Pacific Economic Cooperation)

- Membres, hors cadrage : Nouvelle-Zélande, Canada, États-Unis, Mexique, Pérou Et Chili.

Organisation de coopération de Shanghai :

- Membres, hors cadrage : Kirghizstan, Ouzbékistan et Tadjikistan
- Observateurs, hors cadrage : Iran, Pakistan

Forum ASEAN + 3



Sources : d'après Nicolas Bergeret ; International Institute for Strategic Studies, *The Military Balance 2007*, James Hackett, London, 2007 ; compilation à partir des sites officiels des organisations régionales

© *Questions internationales*, numéro 30, La Documentation française, Paris, mars-avril 2008. <http://www.ladocfrancaise.gouv.fr/revues/qi/sommaires/30/sommaire30.shtml>

Fonte: Gimeno (2008).

Referente aos conflitos territoriais pelas ilhas, o *Office of Policy Planning and Coordination on Territory and Sovereignty* (OPPCTS) vem elaborando estudos para defender a soberania territorial japonesa, política de comunicação concernente ao histórico das ilhas para mobilizar o apoio internacional (OPPCTS, 2013). Nos subtópicos abaixo serão explorados os conflitos territoriais:

Japão e Coreia do Sul

O caso das ilhas Takeshima (Dokdo) se refere a uma disputa territorial baseada em diversas discussões históricas sobre sua ocupação e uso. Na disputa territorial a Coreia é acusada de ter ocupado à força essas ilhas em 1952 com a demarcação da “*Syngman Rhee Line*” (OPPCTS, 2013).

Os grupos sul-coreanos por outro lado argumentam que o Japão reconheceu a soberania coreana no início do século XX, mas em seguida invadiu e dominou a Coreia em 1910. Essas ilhas para os sul-coreanos é um símbolo da agressão japonesa (CHOI, 2005).

O debate inicialmente não envolvia a sociedade civil dos dois países, e no período da década de 1980 o posicionamento da Coreia do Sul foi menos intenso em razão das políticas japonesas de apoio financeiro. Entretanto em 1987 com a democratização; os movimentos sociais ganharam espaço e reanimaram a discussão quanto à soberania das ilhas. As ilhas Takeshima (Dokdo) passaram a ser um elemento de tensão entre as relações Japão e Coreia do Sul (CHOI, 2005).

Da mesma forma no Japão os movimentos nacionalistas possuem grande poder de voto como *Nippon Izokukai* (Associação Japonesa das Famílias Enlutadas pela Guerra) como também PLD (CHOI, 2005).

Japão e Coreia do Norte

A relação entre os dois países é marcada por tensões militares, principalmente em relação aos mísseis disparados para testes e o programa nuclear norte coreano. Reduziu-se brevemente as tensões com a assinatura da Declaração de Pyongyang em 2002, tentando

normalizar as relações diplomáticas e viabilizando o retorno de alguns japoneses raptados (UMEDA, 2006; HENSHALL, 2008; PFLIMLIN; BORER, 2015).

O Japão desde 1993 tem procurado estreitar as relações com os EUA e com a Coreia do Sul como aliados para lidar com as ameaças da Coreia do Norte (UMEDA, 2006; SAHASHI, 2013).

Desde que a Coreia do Norte deixou o *Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT)* em 2003, houve diversas negociações¹³ que foram marcadas por avanços e retrocessos para conter o desenvolvimento de armas em contrapartida de apoio econômico e de abastecimento de alimentos (NIDS, 2013; NTI, 2016) foram registrados quatro testes com bombas nucleares em 2006, 2009, 2013 e em 2016 que anunciaram testes com a bomba de hidrogênio (NTI, 2016).

O investimento em mísseis balísticos e no programa de armas nucleares levou o Japão a investir 10 bilhões de dólares em um sistema de defesa antibalístico, satélites para monitoramento e implicou em “*a debate on developing nuclear and preemptive strike capabilities*” (MASLOW, 2015, p.744).

A Coreia do Norte tem realizado diversos testes balísticos e em 2017 dispararam um míssil que cruzou a ilha de Hokkaido antes de cair no mar a leste do Japão (BBC, 2017). Apesar do incidente no ano seguinte foi assinado a Declaração Conjunta de Pyongyang em 2018 entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte que previam a cooperação em diversos temas (saúde, cultura, comercial etc.) e a desnuclearização da Coreia do Norte (NCNK, 2018). No entanto a mídia tem noticiado que apesar do acordo e das negociações entre EUA e a Coreia do Norte, as tensões continuaram com novos testes balísticos, novos armamentos nucleares e as tensões entre China e EUA. Nesse contexto o Japão monitora as atividades norte-coreanas como potencial foco de conflitos e instabilidade regional (MOD, 2020).

O interesse pelas armas nucleares recrudescer a relação entre os países e remete ao problema do dilema do prisioneiro (NYE, 2002) em que a cooperação se encontra dificultada pelos retrocessos nas discussões e a desconfiança entre os governos.

¹³ Entre 2003 e 2009 foi formado o grupo de discussões para desnuclearização da Coreia do Norte envolvendo a Coreia do Norte, Coreia do Sul, Japão, China, Rússia e EUA. Após este período as negociações foram com cada um dos seis países (NTI, 2016).

Japão e Rússia

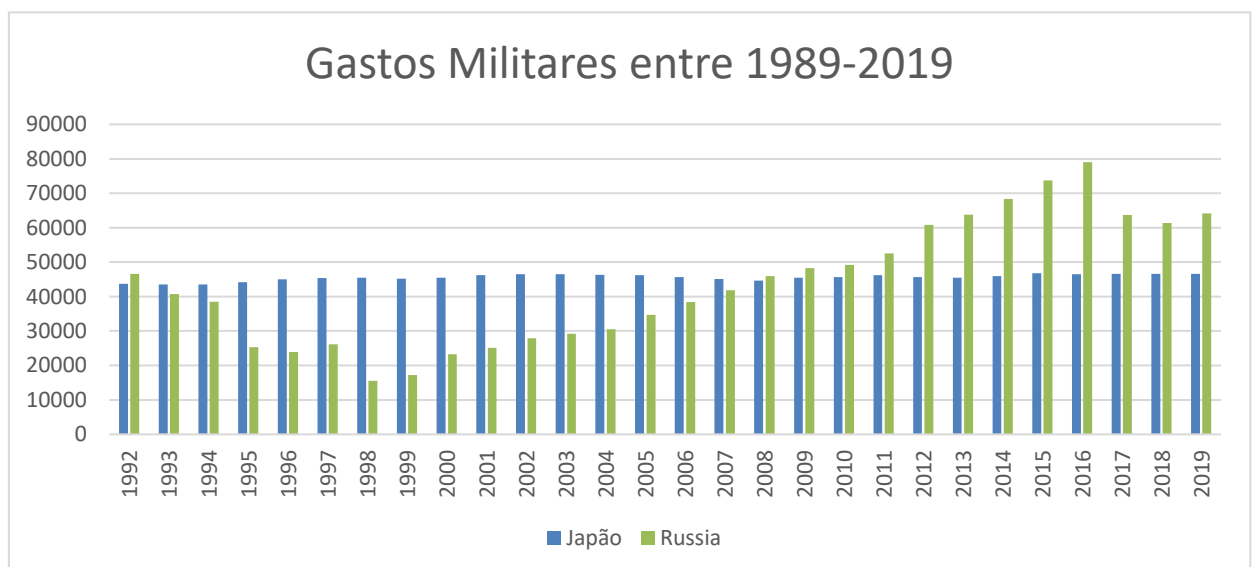
A disputa em torno das ilhas Curilas, que fazem parte da Oblast de Sakalina, resulta das conquistas da guerra Russo-Japonesa e que foram devolvidos após a derrota na Segunda Guerra (HENSHALL, 2008; COSTA, 2015). Entre as disputas territoriais, as ilhas Curilas são consideradas pela população japonesa a questão mais importante (CHOI, 2005).

Outro fator de destaque é o alinhamento entre a Rússia e a China com a Organização para a Cooperação de Xangai, que segundo Costa (2015) tem como principais atores a Rússia e a China, além do Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão; os quais encerraram as antigas contendas e estabelecem:

(...) um mecanismo de concertação de conteúdo marcadamente econômico, mas que também abrange compromissos de natureza político-estratégica e especificamente militar (COSTA, 2015, p. 20).

Esta cooperação tenciona a região asiática, onde a China e a Rússia tentam superar o poder dos EUA, haja vista o crescente investimento militar (fig. 3) e os planos de recuperar o papel estratégico e geopolítico que detinha (COSTA, 2015). Importante destacar que os dados de 1992 até 2012 do orçamento da Rússia são estimativas feitas pelo SIPRI (2020).

Figura 3. Despesas em defesa: Japão e Rússia.



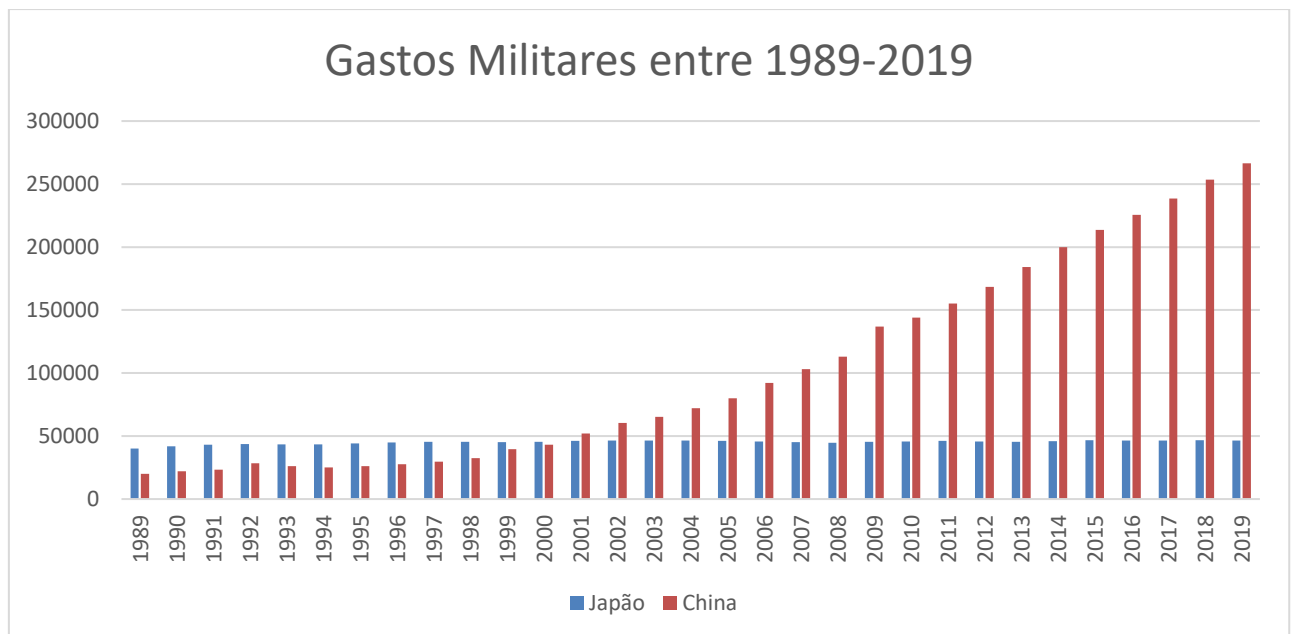
Elaborado pelo Autor. Fonte: SIPRI (2020)

No entanto a Rússia ainda enfrenta ainda um conjunto de desafios internos e como fragilidade a economia depende da exportação de matérias-primas, com destaque os hidrocarbonetos, e armas (BRET; BERGORRE-BRET, 2016).

Japão e China

As relações com a China por um lado são positivas no espectro econômico, responsável por 20% das exportações e importações japonesas e com projeções de que o comércio japonês será dependente em 40% da China. Por outro há uma apreensão em relação aos investimentos militares crescentes (fig. 4), a expansão da influência pela Ásia e as relações entre EUA e China não serem estáveis (SAHASHI, 2013). Importante notar que todos os dados dos gastos militares chineses são estimativas, uma vez que o a China não publica todos os gastos e as estimativas são feitas a partir de uma série de fatores como a rotatividade de soldados, tendência de gastos, operações comerciais etc. (SIPRI, 2020).

Figura 4. Despesas em defesa: Japão e China.



Elaborado pelo Autor. Fonte: SIPRI (2020).

A discrepância entre os gastos militares, sem considerar os efetivos do exército chinês em comparação às FAD, resgatam elementos do dilema da segurança, pois a relação entre estes países ainda possui um clima de desconfiança em razão do histórico das invasões japonesas.

As tensões territoriais referem-se principalmente as ilhas Senkaku (ou Diaoyu) e a ZEE japonesa e o mar da plataforma continental da China demonstradas na fig. 3. O argumento referente às ilhas, por parte dos japoneses se baseia no reconhecimento, exploração e anexação da ilha entre os anos 1895-1971, enquanto a China reclamou a soberania sobre as mesmas somente em 1971 (OPPCTS, 2013; OPAC, 2015). Os chineses alegam que as ilhas pertenciam à China desde a dinastia Ming (1368-1644) e o domínio japonês resulta do Tratado de Shimonoseki em 1895, resultado da guerra sino-japonesa e que se encerraria com o fim da Segunda Guerra. Após a Segunda Guerra a administração das ilhas Senkaku em conjunto de Okinawa foi exercida pelos EUA até 1972, com o Acordo de Reversão de Okinawa no qual os EUA poderiam manter suas bases militares nos territórios devolvidos e o Japão passou a administrar as ilhas Senkaku (FRAVEL, 2010).

No Japão, na China e em Taiwan há grupos civis que se mobilizaram para afirmar a soberania de seu respectivo país sobre as ilhas o que implicou em diversos incidentes diplomáticos. Como resposta, os governos têm procurado evitar que esses grupos atuem ou desembarcassem nas ilhas (FRAVEL, 2010). Em outubro de 2020 teria destaque nas manchetes

As ilhas Senkaku/Diaoyu possuem valor econômico e estratégico, contudo a China assim como o Japão, procurou evitar conflitos diretos (FRAVEL, 2010). Fravel (2010) defende como aspectos estratégicos, além da aliança com os EUA que evitaria um embate da China com o Japão, vantagens relativas ao adiamento das discussões. Fravel (2010) pondera que o adiamento de um conflito ou uma solução por um lado estende o tempo de administração japonesa o que aumentaria sua legitimidade sobre as ilhas enquanto a China teria tempo para se preparar militarmente ou estabelecer novas soluções. Acrescenta-se a essa hipótese o fato da China ter resolvido a maioria dos seus 23 conflitos territoriais com os vizinhos de forma pacífica e por compromissos, apesar de ter usado a força em conflitos pelas ilhas como Paracel (1974) e Spratly (1988 e 1994) em combates contra o Vietnã (FRAVEL, 2010).

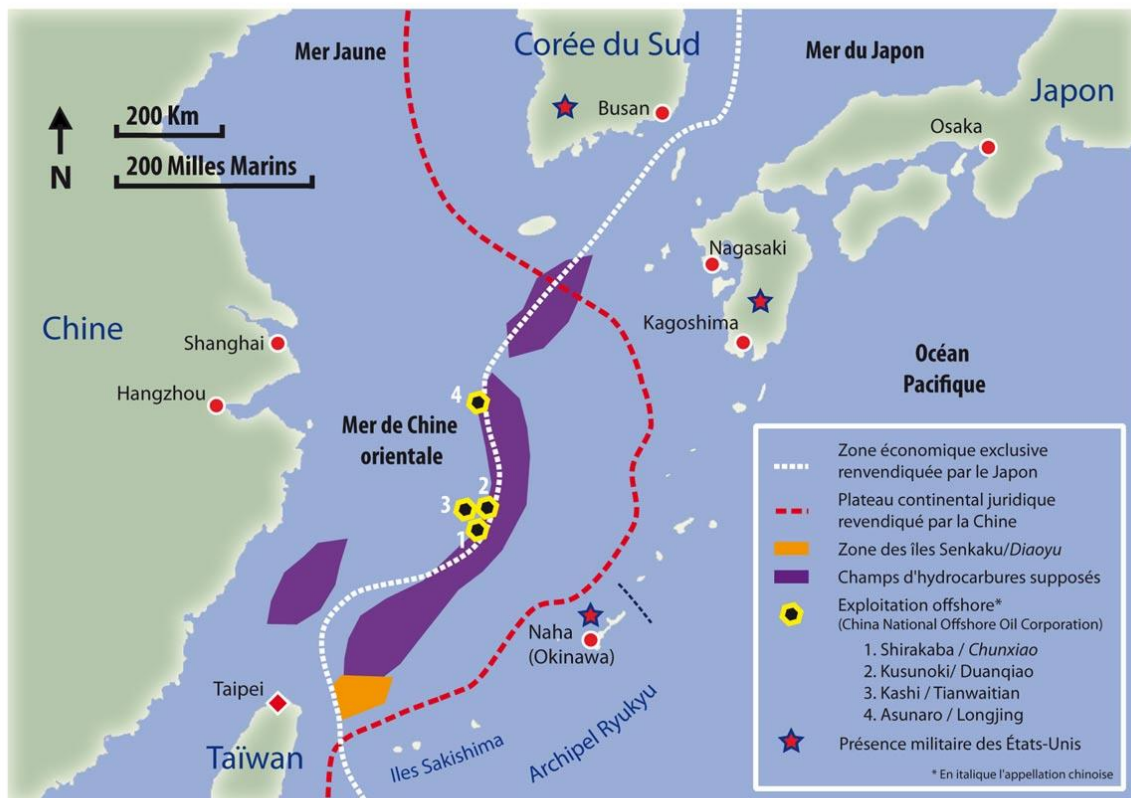
No fim do governo de Shizo Abe as tensões pelas ilhas Senkaku/Diaoyu se intensificariam com a permanência recorde de navios chineses nas proximidades das ilhas (JHONSON, 2020; YOUMIURI SHIMBUN, 2020). E com a renúncia de Shinzo Abe houve uma breve interrupção, mas à medida que o novo governo de Yoshihide Suga foi compreendido pelo governo chinês como uma continuação da política externa de seu antecessor, as incursões marítimas foram retomadas (YOUMIURI SHIMBUN, 2020).

JAPÃO E O NOVO CONTEXTO GEOPOLÍTICO REGIONAL

O conflito referente a ZEE e a plataforma continental da China se intensifica com a área em que se sobrepõem duas reivindicações sobre uma área com reservas de petróleo e gás (COSTA, 2015) como pode ser observado no mapa abaixo na figura 5. Neste conflito se insere também o conflito pelo recife de coral Okinotorishima o qual pode contribuir para uma área de ZEE maior para o Japão (FRAVEL, 2010).

Fig. 5 - Mapa do conflito territorial no mar da China oriental entre Japão e China.

Carte du conflit territorial Japon/Chine en mer de Chine orientale



Jean-Emmanuel Medina, Centre de droit international, Université Jean Moulin Lyon 3.

www.diploweb.com, avril 2013

Fonte: Medina (2013).

O Japão, conseqüentemente, na condição de aliado dos EUA vem tentando expandir seu papel geopolítico para conter a influência chinesa, principal força atuando no Pacífico.

Outro aspecto desses conflitos é que podem limitar ou comprometer acordos de cooperação em relação a problemas regionais (FRAVEL, 2005), haja vista a necessidade de se discutir em conjunto da China, Coreia do Sul e da Rússia alternativas para lidar com o interesse nuclear da Coreia do Norte.

Considerações finais

A partir da literatura e análises existentes pode-se verificar que o Japão, apesar de ser um considerado um país pacífico tem atores que têm procurado mudar esse papel. A natureza dessa mudança pode ser observada pelo espectro dos fatores internacionais e internos. Como fator internacional é preponderante a ascensão da China, a pressão dos EUA, a postura armamentista da Coreia do Norte e os conflitos regionais intensificam o debate, além do posicionamento de governos japoneses para uma posição com maior projeção e papel regional.

Acrescenta-se como fator interno o governo de Shinzo Abe (2006-2007 e 2012-2020) ser favorável a uma maior participação geopolítica e os grupos de sociais de pressão. As tentativas de alterar as limitações do art. 9 da constituição geraram uma forte oposição da população e como resposta foram adotadas diversas mudanças graduais para ampliar esse papel enquanto não é possível alterar o artigo. Por outro lado, existem também fortes grupos nacionalistas internos que alimentam os conflitos territoriais pelas ilhas em disputa.

A partir da perspectiva da Teoria Realista a revisão da Política de Defesa se faria necessária em razão da nova conjectura de poder; do dilema de segurança; do clima de desconfiança ou pouca confiança entre países como Coreia do Norte e a China; o crescimento militar da China e a dependência nos EUA. No entanto, além da oposição da população, há questões com relação a confiabilidade frente aos demais países, em razão de seu histórico e das invasões que promoveu, também precisaria evitar o nacionalismo exagerado e ponderar a forma que irá conduzir as disputas territoriais com os vizinhos. Caso contrário esta política implicará na escalada do dilema de segurança em relação aos vizinhos e um confronto direto.

Os esforços diplomáticos e a presença geopolítica maior, frente principalmente ao poder crescente da China, as crescentes tensões entre EUA e China colocam o Japão como um dos pivôs para a geopolítica regional para os próximos anos.

Referências

BBC. North Korea: 'Japan missile was first step in Pacific operation'. *BBC News*, 30 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-41091563>>

BENEDICT, Ruth. *A espada e o crisântemo: padrões da cultura japonesa*. Tradução C. TOZZI. São Paulo Perspectiva, 2014.

BRET, Cyrille; BEGORRE-BRET, Michaël. La Russie a-t-elle les moyens économiques de ses ambitions géopolitiques?. *Diploweb.com la revue géopolitique*. 2 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://www.diploweb.com/La-Russie-a-t-elle-les-moyens.html>>

CHOI, Sung-jae. The Politics of the Dokdo Issue. *Journal of East Asian Studies*, 5, pp 465-494, 2005.

COSTA, Wanderley Messias da Costa. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1992.

_____. O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial. *Confins [Online]*, 25 | 2015. Disponível em: <<http://confins.revues.org/10551>>; DOI : 10.4000/confins.10551

DUUS, Peter. Imperialism without colonies: The vision of a greater east Asia co-prosperity sphere, *Diplomacy & Statecraft*, 7:1, p. 54-72, 2006.

ECONOMIST. The Economist. Abe's stain: China's angry reaction to Japan's new security laws is echoed at home. *The Economist*, 26 de set. 2015. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/asia/21667981-chinas-angry-reaction-japans-new-security-laws-echoed-home-abes-stain>>

FRAVEL, Taylor. Regime Insecurity and International Cooperation: Explaining China's Compromises in Territorial Disputes. *International Security*, Cambridge, vol. 30, nº 2, p. 46-83, 2005.

_____. Explaining Stability in the Senkaku (Diaoyu) Dispute. In: CURTIS, G.; KOKUBUN, R.; JISI, W. (eds.). *Getting the Triangle Straight: Managing China-Japan-US Relations*. Washington, DC: The Brookings Institution Press, 2010.

FUKUSHIMA, Yoriko. Japanese geopolitics and its background: What is the real legacy of the past?. *Political Geography*, vol. 16, nº. 5, pp 407-421. 1997. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0962629896000091>>

FUNABASHI, Yoichi. Introduction: Japan's International Agenda for the 1990s. FUNABASHI, Yoichi. (ed.). *Japan's international agenda*. New York : New York University Press, 1994. p. 1-27.

GIMENO, Roberto. Le Japon dans son contexte géopolitique régional. Atelier de cartographie de Sciences Po, mars 2007. *Questions Internationales*, nº 30. Paris, 2008.

HENSHALL, Kenneth. G. *História do Japão*. 2 ed. História narrativa. Lisboa: Edições 70, 2008.

HERZ, John H. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Politics*, Vol. 2, No. 2 (Jan., 1950), pp. 157-180. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2009187>>

HOBSBAWM, Eric John. A era dos impérios. In: _____. *A era dos impérios, 1875-1914* (livro digital). Tradução de S. M. CAMPOS e Y. S. de TOLEDO. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

JAPÃO E O NOVO CONTEXTO GEOPOLÍTICO REGIONAL

- JAPÃO. *Constituição (1946)*. The constitution of Japan. Disponível em: <http://japan.kantei.go.jp/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html>
- JOHNSON, Jesse. China's 100-day push near Senkaku Islands comes at unsettling time for Sino-Japanese ties. *The Japan Times*, 27 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2020/07/27/national/china-japan-senkaku-islands/>>
- KANTEI. *Prime Minister of Japan and his Cabinet*. Japan's Legislation for Peace and Security: Seamless Responses for Peace and Security of Japan and the International Community. October, 2015. Disponível em: <http://japan.kantei.go.jp/97_abe/Documents/2015/___icsFiles/afiedfile/2015/11/05/peace_security_20151102_1.pdf>.
- MASLOW, Sebastian. A Blueprint for a Strong Japan? Abe Shinzō and Japan's Evolving Security System. *Asian Survey*, Vol. 55, No. 4 (July/August 2015), pp. 739-765, 2015.
- MEDINA, Jean-Emmanuel. *Carte du conflit territorial Japon/Chine en mer de Chine orientale*. Lyon, 2003.
- MIDFORD, Paul. Japan's Approach to Maritime Security in the South China Sea. *Asian Survey*, vol. 55, n° 3, p. 525–547, 2015. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2015.55.3.525?origin=JSTOR-pdf&seq=1#page_scan_tab_contents>
- MOD. *Japan Ministry of Defense. Fundamental concepts of national defense*. Disponível em: <http://www.mod.go.jp/e/d_act/d_policy/dp02.html>
- _____. *Defense of Japan 2020*. Annual White Paper. Disponível em: <https://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/wp2020/pdf/index.html>
- NCNK. *The National Committee on North Korea*. Pyongyang Joint Declaration of September 2018. Disponível em: <<https://www.ncnk.org/node/1633>>
- NIDS. *National Institute for Defense Studies*. The Korean Peninsula: “Nuclear Weapons State” North Korea Aiming to Become an Economic Power, ROK Seeking Active Deterrence Capability. *East Asian Strategic Review 2013*. Japan: The Japan Times, 2013.
- NTI. *The Nuclear Threat Initiative*. North Korea. 2016. Disponível em: <<http://www.nti.org/country-profiles/north-korea/>>. 23/02/2016
- NYE, Joseph. *Understanding international conflicts: an introduction to theory and history*. 5 ed. New York: Pearson/Longman, 2005.
- OPAC. *Okinawa Peace Assistance Center*. Commissioned Research Report on the Senkaku Islands-related documents in Okinawa Prefecture. March, 2015. Disponível em: <http://www.cas.go.jp/jp/ryodo_eg/img/data/archives-senkaku.pdf>
- OPPCTS. *Office of Policy Planning and Coordination on Territory and Sovereignty*. Toward Stronger Strategic Communications: report of the advisory panel on communications concerning territorial integrity. Japan, 2013.

PFLIMLIN, Edouard; BORER, Louis-Arthur. Le Japon dans son environnement géostratégique. *Diploweb.com la revue géopolitique*. 6 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.diploweb.com/Le-Japon-dans-son-environnement.html>>

PYLE, Kenneth B. *Japan Rising: The resurgence of Japanese power and purpose*. New York: Public Affairs, 2007.

RICHTHOFEN, Luisa von. *Berlin halts demolition of 'comfort women' memorial amid diplomatic row with Japan*. Deutsche Welle, 14 out. 2020. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3jv0B>>

RYALL, Julian. Korean 'comfort woman' statue in Berlin angers Japan. *Deutsche Welle*, 01 out. 2020. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3jGcK>>

SAHASHI, Ryo. *Security Partnerships in Japan's Asia Strategy Creating Order, Building Capacity and Sharing Burden*. Paris: Institut français des relations internationales, 2013.

SHIBUICHI, Daiki. Zaitokukai and the Problem with Hate Groups in Japan. *Asian Survey*, Vol. 55, Number 4, pp. 715–738, 2015.

SIPRI. *Stockholm International Peace Research Institute*. SIPRI Military Expenditure Database 2020. Disponível em; <<https://www.sipri.org/databases/milex>>

TAKEUCHI, Keiichi. Geopolitics and Geography in Japan Reexamined. *Hitotsubashi journal of social studies*, vol. 12, nº 1, p. 14-24, nov. 1980. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10086/8457>>

TANAKA, Akihiko. Japan's security policy in the 1990s. FUNABASHI, Yoichi (ed.). *Japan's international agenda*. New York : New York University Press, 1994. p. 28-56.

UMEDA, Sayuri. *Japan: Amendment of Constitution, Article 9. February 2006*. The Law Library of Congress. Disponível em: <<http://www.loc.gov/law/help/japan-constitution/japan-constitution-article9.pdf>>

YOUMIURI SHIMBUN. China resumes provocations around Senkaku islands. *The Japan News by Youmiuri Shimbun*, 16 out. 2020. Disponível em: <<https://the-japan-news.com/news/article/0006861492>>

Agradecimento:

Agradeço à Alexandre de Oliveira Martins pelas sugestões e revisão do artigo.

Recebido: 18 de outubro de 2020

Aceito: 08 de janeiro de 2020

Publicado: 05 de fevereiro de 2021